

Pesquisa *on-line*

PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS DO PARANÁ DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Resumo executivo

Dedicado a todo(a)s o(a)s profissionais de linha de frente das áreas essenciais de cuidados (*care & cure*)
no Brasil e a todas as vítimas da COVID-19.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior - Governador

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Diretor-presidente

Antonio Guilherme de Arruda Lorenzi

Diretor de pesquisa

Julio Takeshi Suzuki Junior

Coordenação e redação*

Louise Ronconi de Nazareno

Colaboração

Angelita Bazotti

Bruno de Lorenzi Cancelier

Lenita Maria Marques

Leonildo Pereira de Souza

Paulo Roberto Delgado

Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF

Apoio para coleta

Escritórios Regionais - SEJUF

Curitiba

Setembro de 2020

* Sem revisão de português ou editoração profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 NOTAS METODOLÓGICAS	6
2 PERFIL DOS RESPONDENTES	7
3 MEDIDAS IMPLANTADAS	10
4 PERCEPÇÕES E INFORMAÇÕES	13
4.1 INFORMAÇÃO	13
4.2 CONTAMINAÇÃO	14
4.3 DISTANCIAMENTO SOCIAL E PANDEMIA	16
4.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO	17
4.5 DESEMPENHO DE TRABALHO E MUDANÇAS DE HÁBITO	18
4.6 DEMANDAS DE TRABALHO	19
4.7 SENTIMENTO NO TRABALHO	21
4.8 AVALIAÇÃO SOBRE AÇÕES DO GOVERNO	22
4.9 O QUE AINDA PODE SER FEITO	23
5 RECOMENDAÇÕES	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) vinculado à Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), se uniram para fazer um levantamento sobre a realidade do trabalho dos profissionais da Assistência Social durante a pandemia de Covid-19, e assim oferecer melhores respostas à situação imposta pelo coronavírus e suas consequências econômicas.



Os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atuam em variadas ações para minimizar os efeitos desfavoráveis – e desigualmente distribuídos – da pandemia, ancoradas nos seus objetivos principais de garantias de segurança de acolhida, renda, convivência, autonomia e proteção contra riscos circunstanciais (BRASIL, 2005). Em momentos de crise, a política de assistência social é acionada para dar atenção excepcional junto aos mais vulneráveis. E isso significa organizar ações mais substanciais e contínuas, para além daquelas emergenciais e eventuais.

Dessa forma, os objetivos principais da pesquisa foram:

- Explorar percepções dos trabalhadores sobre sua prática profissional durante as medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19;
- Verificar como os trabalhadores se apropriaram das medidas e mudanças nas práticas cotidianas de trabalho;
- Identificar a disseminação das regras a respeito de mudanças nas práticas de atendimentos da Assistência Social;
- Reconhecer apontamentos dos profissionais a respeito das incertezas vivenciadas e expressas nos seus atendimentos essenciais durante enfrentamento da Pandemia.

BUROCRACIA LINHA DE FRENTE

O público alvo da pesquisa eram os trabalhadores da linha de frente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Estado do Paraná - o nível executor da política pública. Esses agentes estão pressionados pelas demandas de serviços para cumprirem metas e normas da gestão e coordenação da política pública da qual são parte; e pelos cidadãos para aumentarem o acesso a bens públicos.

Num sistema de política descentralizado, num país federativo como o Brasil, as tarefas de execução, financiamento e normatização da política também exemplificam a que nível burocrático se refere. Essencialmente, as gestões municipais e

as entidades da rede socioassistencial, compõem o nível executor da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - a sua ponta e porta de entrada. Na Assistência Social, tratar de profissionais que estão alocadas na gestão municipal, atividade organizativa não direta, não significa que eles estejam exclusivamente desempenhando atividades meio.

O presente resumo executivo é uma síntese dos resultados, que estão extensivamente descritos em um relatório técnico completo disponível ao público na página institucional do IPARDES. No resumo não se detalham questões metodológicas e nem todos os resultados das 41 questões são apresentados.

O texto se estrutura em cinco partes, além desta introdução: a) uma apresentação de alguns aspectos metodológicos; b) a segunda que apresenta breve perfil dos respondentes da pesquisa *on-line*; c) a terceira que foca nas medidas institucionais de enfrentamento à pandemia, percebida pelos pesquisados; d) a quarta que trata das percepções dos respondentes sobre a pandemia e seu trabalho durante o período; e) e a última que debate o resumo das questões com a indicação de recomendações.

"organizações e o conjunto de agentes responsáveis pela entrega direta de políticas e serviços públicos aos cidadãos... [são eles que] determinam o acesso do público a direitos e benefícios governamentais e é por meio deles que a população consegue acessar a administração pública"

(CAVALCANTI, LOTTA, PIRES, 2018, p. 229-230).

A pesquisa é de caráter exploratório e não foi possível realizar uma amostra probabilística, devido às limitações impostas pela pandemia.

Fundamentou-se em uma amostra por conveniência, assim, depende do engajamento voluntário dos respondentes e, por isso, os resultados não representam o conjunto dos trabalhadores do SUAS nem podem ser generalizados para todos os profissionais que atuam nessa política pública no Paraná, neste tipo de pesquisa alguns indivíduos serão mais acessíveis que outros. Além disso, a execução da pesquisa por formulário *on-line* também reforça a probabilidade de que várias características desconhecidas dos indivíduos influenciem a adesão, ou não, a responder a pesquisa. Mesmo assim, a pesquisa expressa a opinião de quem a respondeu e traz boas contribuições sobre a situação vivenciada.

Nesta pesquisa pretendia-se atingir em torno de 10% dos trabalhadores do SUAS, o qual segundo estimativas do Censo SUAS de 2018 e 2019, reunia 26.385 trabalhadores da linha de frente no Paraná¹.

O período de coleta se estendeu de 10 a 30 de junho de 2020 e, apesar de não ser representativa, a coleta de respostas foi significativa com a obtenção de 2.526 formulários preenchidos, de 346 municípios. Após um esforço amplo de consistência da base de dados foram excluídas 133 unidades de observação, resultando em 2.393 formulários válidos, distribuídos por 345 (86,5%) municípios paranaenses.

Detalhes sobre o formulário com as perguntas, o processo de consistência e classificação de respostas abertas podem ser obtidas no acesso ao material completo do relatório técnico, disponível no site do IPARDES, na área de Publicações. Memória técnica - relatórios de pesquisa.

Adicionalmente, é importante frisar que nenhum dado pessoal foi divulgado, fazendo sempre a agregação das informações, o que não permite identificar pessoalmente nenhum respondente, respeitando, as diretrizes sobre proteção de dados pessoais vigentes no Brasil (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

¹Não foram contabilizados voluntários. Em todos os questionários que compõem esse Censo – atualmente são 13 - há um eixo de Recursos Humanos (RH) com informações sobre os servidores vinculados à equipe da qual diz respeito o questionário. No relatório técnico completo há todos os detalhes metodológicos..

PERFIL DOS RESPONDENTES

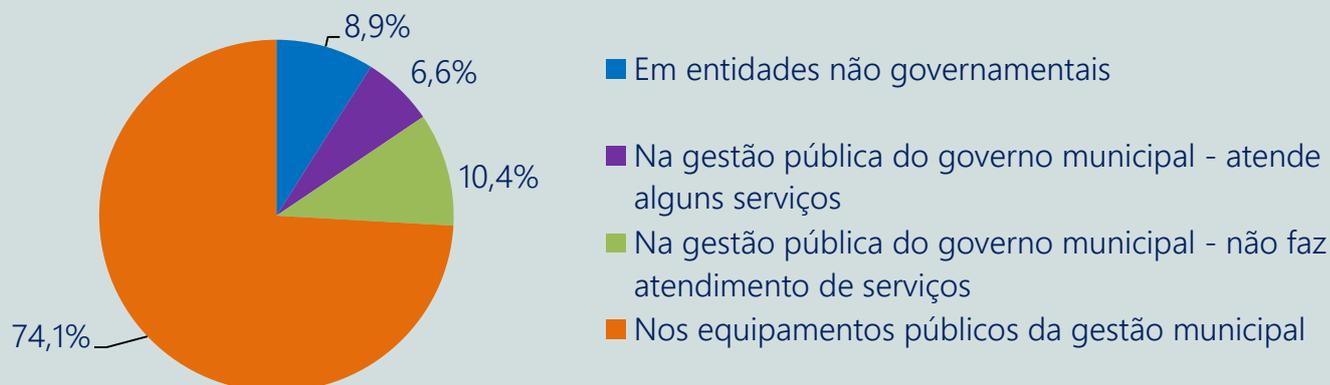
2

O tamanho dessa burocracia da linha de frente foi estimado a partir do Censo SUAS, conforme já comentado, envolvendo 26.385 trabalhadores no Paraná.

Destaca-se que, na pesquisa *on-line*, não se distinguiu os equipamentos separadamente aonde as pessoas trabalham. Mas os trabalhadores identificavam-se como de entidades não governamentais que oferecem os diversos serviços socioassistenciais, ou da gestão municipal – que faz ou não faz atendimento de serviços-, ou de equipamentos públicos da gestão municipal.

No caso dos respondentes, 17,0% deles estavam vinculados à gestão municipal, 8,9% trabalhavam em entidades não governamentais e 74,1% são dos equipamentos públicos da gestão municipal (gráfico 1).

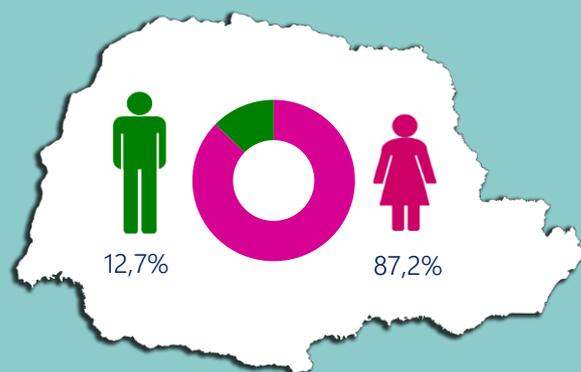
GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR LOCAL DE ATUAÇÃO - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

A representação de trabalhadores e respondentes por sexo mostra a já conhecida feminização da força de trabalho na área de Assistência Social, na profissionalização de cuidados (CARVALHO, 2013). A ampla maioria dos profissionais envolvidos nessa política pública se identifica sendo do sexo feminino.

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS POR SEXO - PARANÁ - 2020*

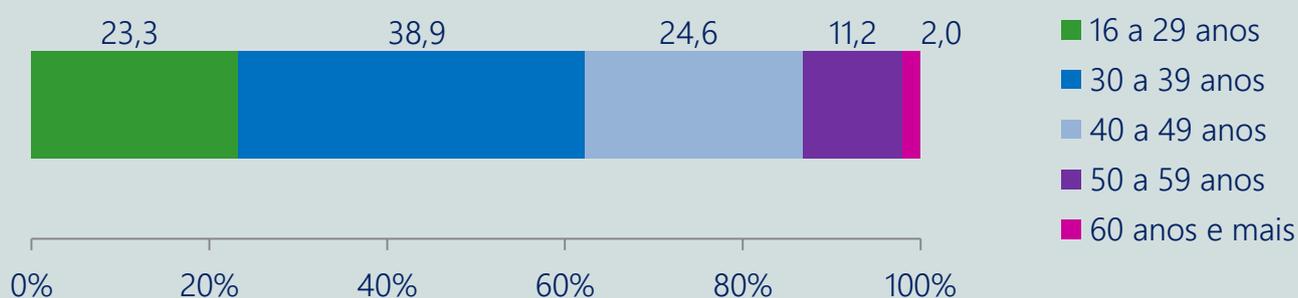


*Dois, respondentes, na questão sexo, se identificaram como 'Outros'.

FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Quanto à idade e distribuição em faixas etárias, verifica-se que, no conjunto dos respondentes, a média de idade foi de 37,5 anos e a mediana de 36 anos (distribuição relativamente simétrica). Os respondentes da pesquisa são mais jovens do que todos os trabalhadores do SUAS estimados pelo Censo. Nas faixas de 16 a 29 anos e de 30 a 39 anos há maior peso do que na distribuição pelo Censo SUAS, diminuindo a proporção nas faixas de pessoas com mais anos de idade (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RESPONDENTES POR FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2020

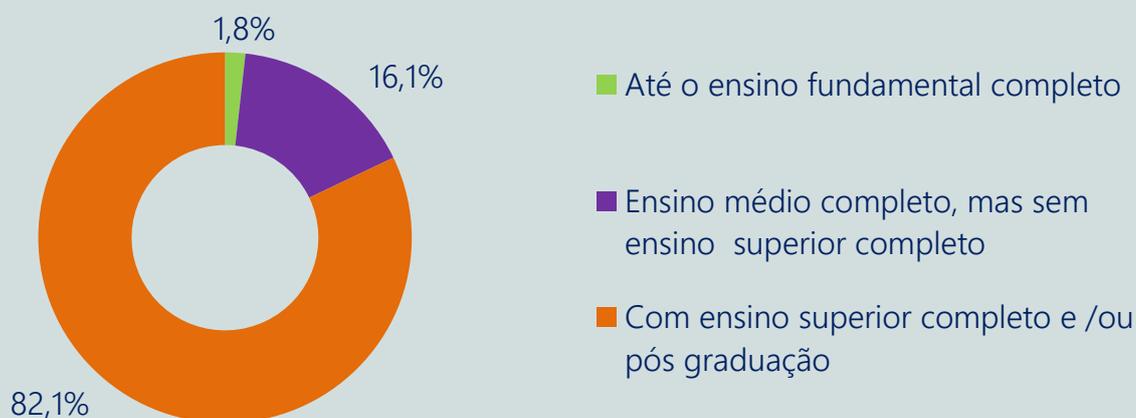


FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

NOTAS: As categorias de faixa etária respeitam a identificação de grupos etários denominados legalmente, como adolescentes e jovens e pessoas idosas. Como havia somente dois adolescentes responderes uniu-se a categoria de adolescentes à de jovens

A pesquisa acabou abrangendo proporcionalmente muito mais pessoas com maior escolaridade (Gráfico 3).

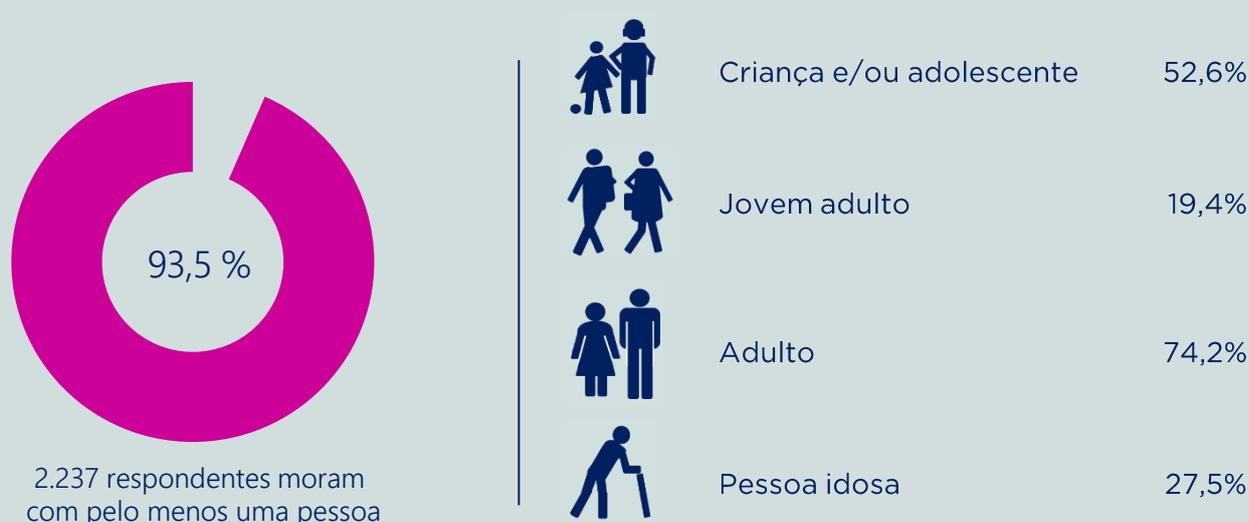
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR MAIOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE ALCANÇADA - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Uma informação de perfil diz respeito à com quem moram os trabalhadores do SUAS pesquisados, sendo que 93,5% (2.237) mora com pelo menos uma pessoa, seja criança ou adolescente, jovem adulto, adulto ou pessoa idosa. Apenas 155 indicaram morar sozinhos. A pergunta era de múltipla escolha e não indaga com quantas pessoas mora, mas se mora com pessoas do grupo etário específico indicado (figura2).

FIGURA 2 – RESPONDENTE MORA COM



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

NOTA: O percentual calculado dos respondentes que moram com pessoas das faixas etárias indicadas foi calculado sendo o total apenas os 1237 respondentes que moram com pelo menos uma pessoa.

Existem 179 casos em que a pessoa respondente mora somente com criança e adolescente, dentre os 1.177 que responderam morar com pessoas dessa faixa etária.

Nos casos em que a pessoa indicou morar somente ela com criança e/ou adolescente, 102 estão completamente em trabalho presencial, sem redução de jornada, questão apresentada na próxima parte. Mais uma situação de tensão que o próprio profissional precisa resolver individualmente, nesse momento, em que as escolas estão fechadas.

MEDIDAS IMPLANTADAS

3

A pesquisa não investiga as medidas específicas de organização dos serviços assistenciais implantadas nos municípios durante a pandemia. Ela ancora-se na opinião e reconhecimento dos respondentes sobre aquilo que o município e o seu local de trabalho implementaram, valorizando sua percepção sobre as alterações no ambiente de trabalho durante esta emergência sanitária.

Em relação ao conjunto de ações que poderiam ser adotadas, verifica-se que parcela expressiva dos informantes reconhece que, no seu município, foram recomendadas práticas de mitigação de riscos no ambiente de trabalho, envolvendo os trabalhadores e o público que acorre aos equipamentos sociais, via orientações “verbais”, apontadas por 74,0% dos informantes, ou comunicados formalizados (70,3%) (tabela 1). Destacam-se, também, as ações que atingem o conjunto da população: adoção do estado de emergência e difusão centralizada de informações sobre a emergência sanitária.

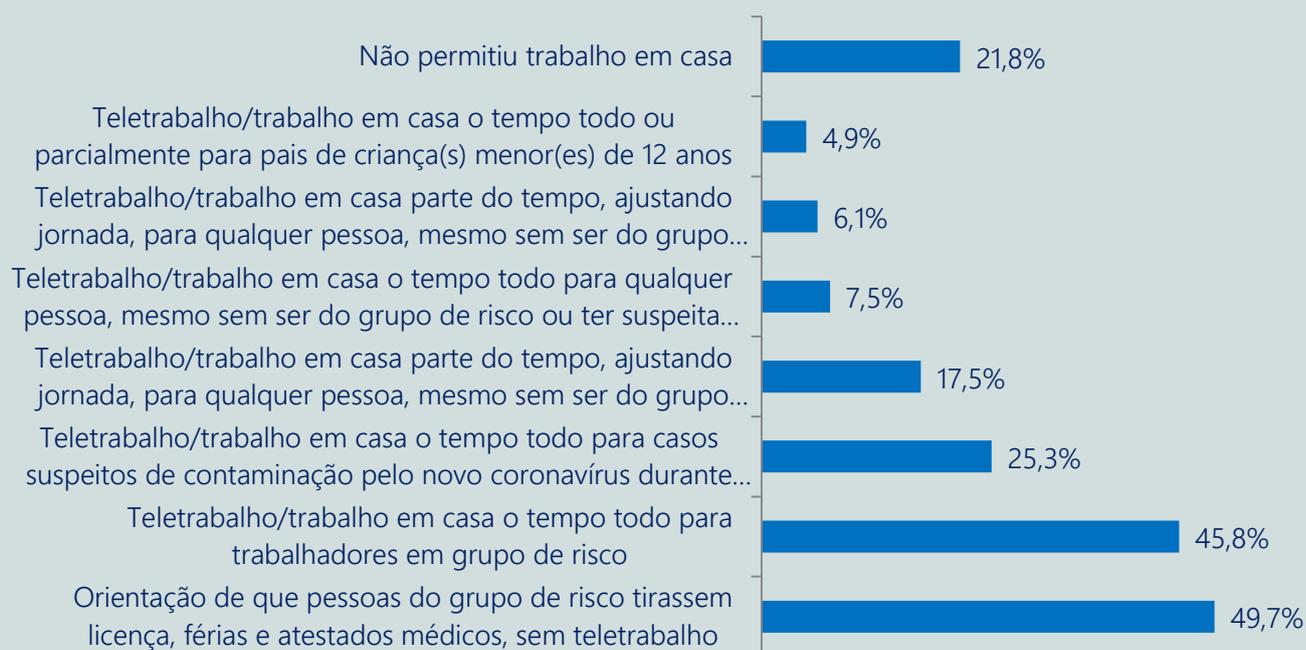
TABELA 1 - PERCENTUAL DE RESPONDENTES SEGUNDO RECONHECIMENTO DE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA PELO NOVO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO - PARANÁ - 2020

MEDIDAS	SIM	NÃO	NÃO SABE
Recomendações por áudio ou em reunião da autoridade gestora sobre mudanças no ambiente de trabalho	74,0	21,0	5,0
Orientações por escrito do gestor/dirigente sobre mudanças no ambiente de trabalho	70,3	25,6	4,1
Declaração de estado de emergência pelo município	68,3	19,7	12,0
Canal virtual municipal que centraliza informações sobre o coronavírus	62,8	25,0	12,1
Treinamento ou orientação para atendimento ao público levando em conta práticas de higienização e segurança sanitária	61,6	34,9	3,5
Adoção de jornada reduzida de atendimento direto ao público	56,0	41,9	2,1
Treinamento ou orientação para uso de equipamento de proteção individual	54,6	41,7	3,6
Remanejamento de equipes: profissionais deslocados para outras atividades consideradas essenciais na área da Assistência Social	54,4	37,1	8,5
Articulação de trabalho com lideranças comunitárias e associações	26,0	56,5	17,5
Ações de suporte emocional aos profissionais da Assistência Social	19,3	71,7	9,0
Compensação financeira - adicional de insalubridade para atividade de Atendimento ao público para Assistência Social	4,8	88,4	6,9

FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a pandemia, 2020.

Quanto às orientações sobre afastamento do trabalho que os respondentes identificaram, várias ações podem ter sido tomadas concomitantemente. Com isso, 78,2% dos respondentes afirmaram existir pelo menos alguma indicação sobre afastamento do trabalho, sendo que 21,8% identificou que não houve nenhuma medida permitida de afastamento do trabalho (gráfico 4).

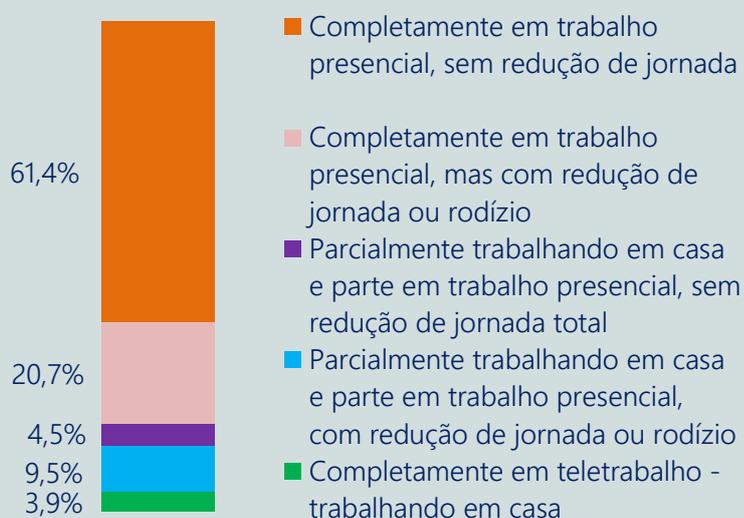
GRÁFICO 4 - AÇÕES DE AFASTAMENTO IMPLANTADAS - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Tendo esse panorama sobre o afastamento, quando se trata do próprio respondente, mais da metade deles (61,4%) estava em situação de trabalho presencial, sem redução de jornada ou rodízio e 20,7% estava trabalhando presencialmente, com redução de jornada ou rodízio. Apenas 93 respondentes indicaram que estavam completamente trabalhando em casa (gráfico 5).

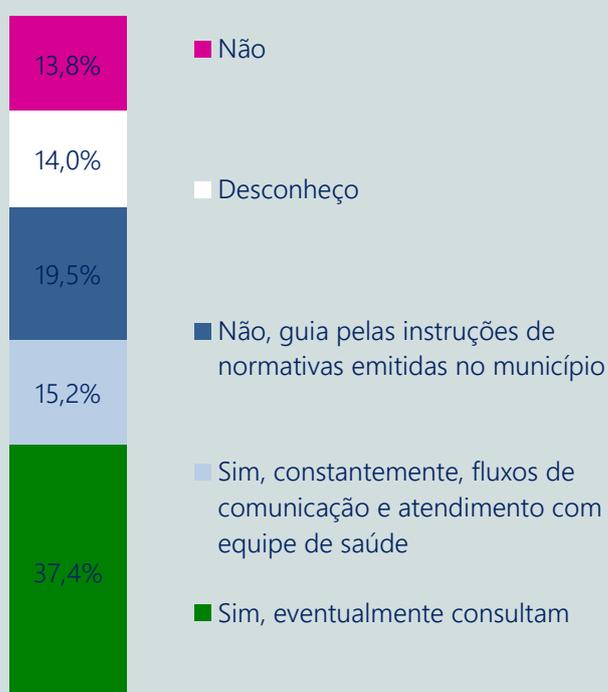
GRÁFICO 5 - CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO DO TRABALHO - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Trabalhos como o do grupo do CEDEPLAR-UFMG de levantamento das respostas políticas do Governo Brasileiro para o enfrentamento do coronavírus (CIMINI *et al*, 2020, p. 2-3) explicam que há uma insuficiência das respostas de saúde pública no combate à pandemia e por isso, as políticas de enfrentamento devem ser expandidas e complementadas por outras políticas. Assim, considera-se muito importante a intersectorialidade e o relacionamento entre política de saúde e de assistência social na linha de frente, para tratar as vulnerabilidades emergentes.

GRÁFICO 6 - TROCA INFORMAÇÕES COM GESTÃO LOCAL E OS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

A articulação entre as áreas durante o período é um ponto necessário para dar segurança aos trabalhadores num evento pandêmico. Pouco mais da metade dos respondentes (52,6%) indica que haja troca (Sim, eventualmente ou constantemente) com gestão local e os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), significando que a articulação pode ainda ser aperfeiçoada.

Além da articulação, o uso adequado de Equipamentos de proteção e a sua qualidade são indispensáveis para manutenção dos serviços.

No caso da pesquisa *on-line* no Paraná, pouco mais da metade (56,0%) dos respondentes que estavam trabalhando de alguma forma presencialmente identifica que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e material de higienização são garantidos no trabalho. Ainda há um grupo que precisa providenciar parte do material (39,8%) e aqueles que devem providenciar completamente (3,2%), além daqueles que indicam que a gestão da instituição aonde trabalham nem se preocupa em cobrar o EPI (1,0%).

Avalia-se com isso que ainda é necessário garantir que esses materiais cheguem até os trabalhadores da ponta, junto com treinamento de uso.

PERCEPÇÕES E INFORMAÇÕES

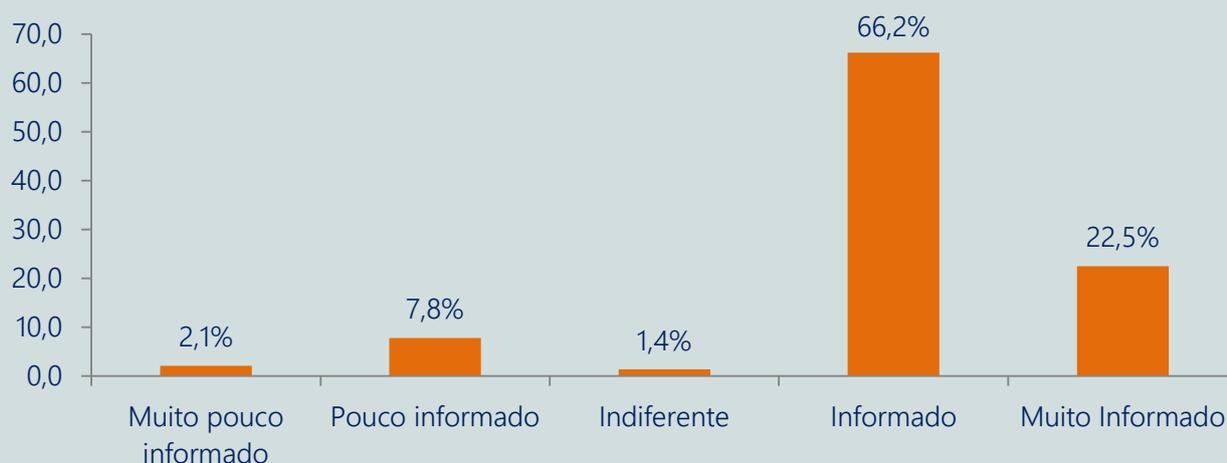
4

As percepções sobre a situação podem ser influenciadas pelas maneiras com as quais as pessoas se informam e como vivenciam sua rotina no trabalho e em casa. Os temas abordados nessa parte procuram explorar conexões entre informação, segurança e percepções sobre o trabalho, sugestões do que pode ser feito.

4.1 INFORMAÇÃO

De maneira geral, individualmente, os respondentes se sentem informados ou muito informados 88,8%. A ampla maioria se informa por duas ou mais fontes, apenas 103 respondentes indicaram que se informam de um único modo.

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR SENSÇÃO A RESPEITO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A PANDEMIA - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Os "Jornais televisivos e de rádio" (74,4%) e "Sites oficiais dos governos (municipal, estadual, federal)" (71,7%) se destacam como fontes de informação mais utilizadas, segundo citação dos respondentes. Sites de notícias (64,8%), redes sociais (64,1%) e conversas com pessoas do local de trabalho (56,6%) também foram citados por mais da metade dos respondentes.

Fontes não tradicionais e com baixa confiabilidade – como redes sociais, *whatsapp* e conversas - só parecem preocupantes, caso sejam a única fonte de informação. Por exemplo, quando só há a marcação exclusiva de se informar por "familiares" (2 casos), ou por "mensagens de *whatsapp* de pessoas conhecidas em que confio" (3 casos) ou "redes sociais" (14 casos).

O cenário de apetite insaciável e saturação informativa exige esforço dos órgãos oficiais em realizar uma comunicação direta, congruente e acessível. Nesse sentido, como afirma Thomas Conti, “qualquer estratégia bem-sucedida de combate à pandemia precisará de comunicação eficaz e comprometimento da população” (MUSCILLO ; PIN *apud* CONTI, 2020).

4.2 CONTAMINAÇÃO

Aproximadamente dois terços dos respondentes conhecem alguém que já foi contaminado, sendo que 19,4% conhecem alguém que se contaminou e morreu. Mas, poucos foram contaminados, 1,1% (gráficos 8 e 9).

GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR CONHECIMENTO DE PESSOAS CONTAMINADAS - PARANÁ - 2020

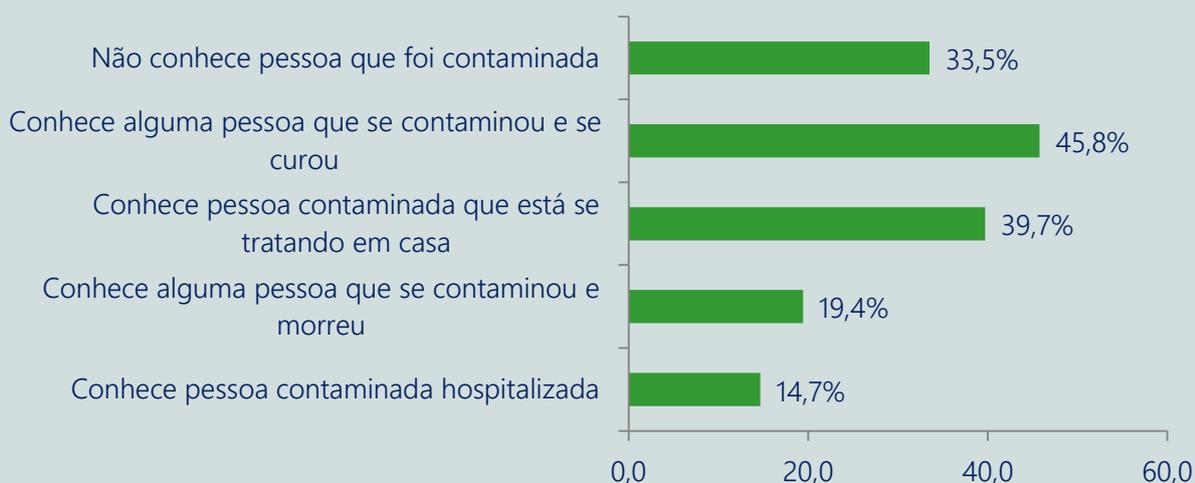
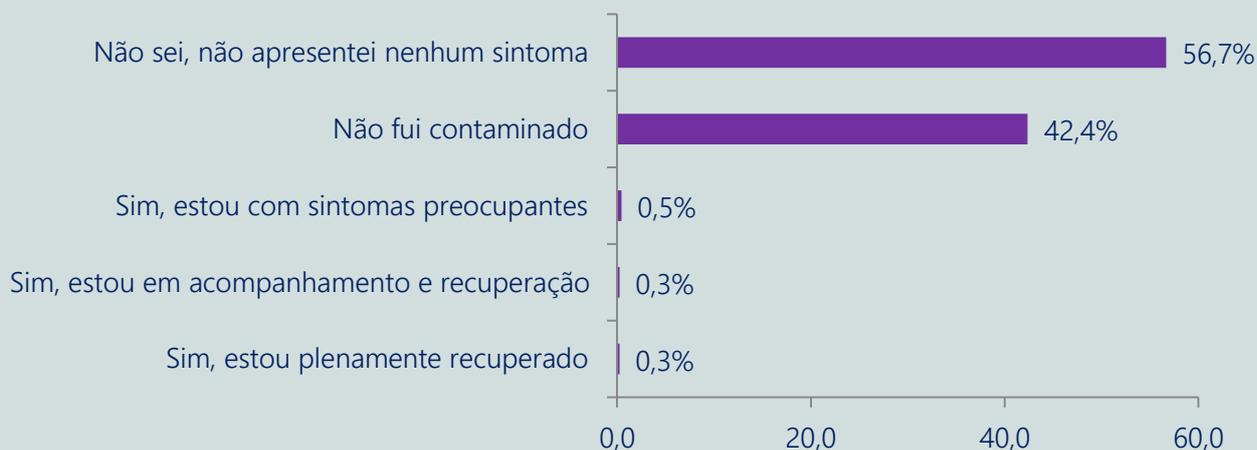


GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR ESTADO DE CONTAMINAÇÃO PESSOAL - PARANÁ - 2020

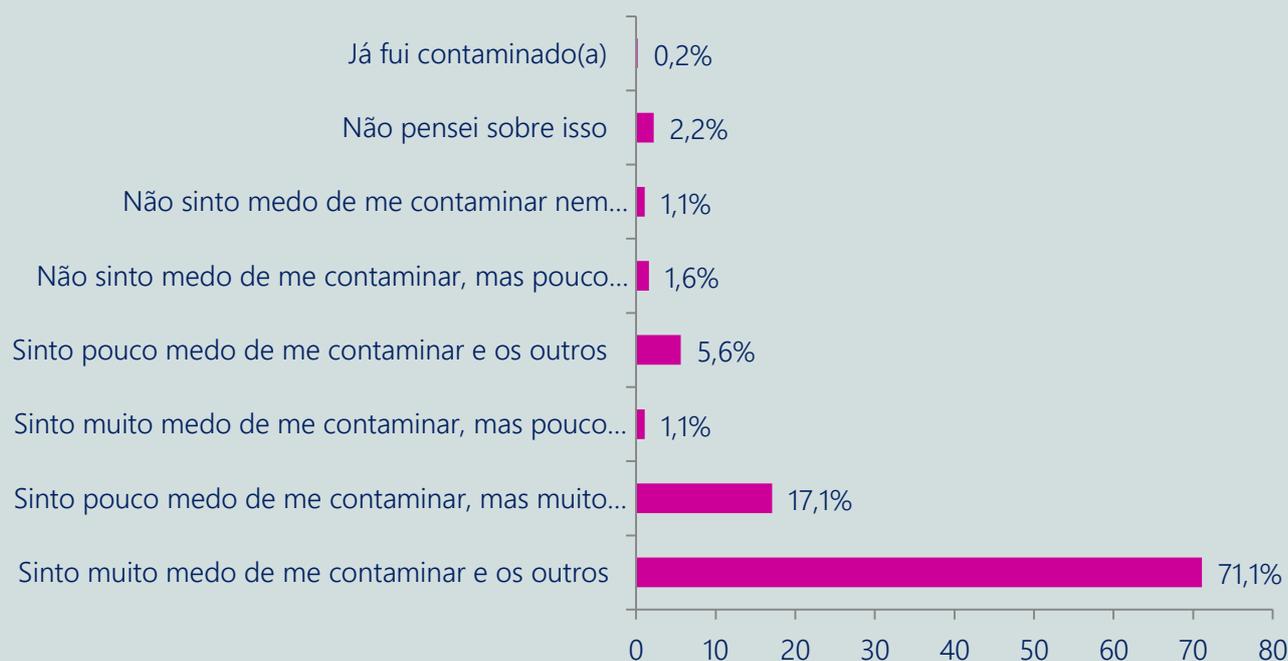


FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Os respondentes indicam uma alta preocupação em ser contaminado e contaminar os outros (gráfico 10). Contaminar os outros é um fato que preocupa a ampla maioria, mesmo que não haja tanto receio em ser contaminado (89,8% somando as opções que indicam muito medo de contaminar os outros).

O medo aumenta proporcionalmente, caso a pessoa já tenha conhecido alguém que se contaminou. São 1.591 respondentes que conheciam pessoas que se contaminaram, sendo 72,9% com muito medo de se contaminar e os outros. Aumenta ainda mais, caso a pessoa já tenha conhecido alguém que morreu de COVID-19: de 465 respondentes, 91,6% indicaram ter muito medo de se contaminar e os outros.

GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR MEDO DE CONTAMINAÇÃO - PARANÁ - 2020



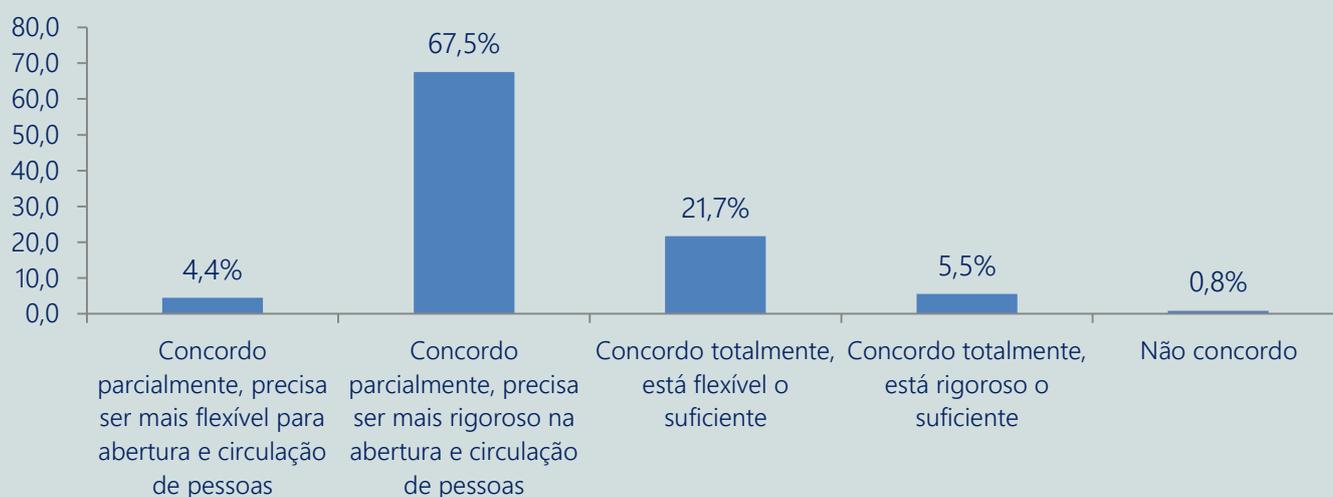
FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Estar com medo de contaminação é um fator de estresse e ansiedade para os trabalhadores da linha de frente. Níveis constantes de estresse podem atrapalhar a resposta individual de enfrentamento das crises associadas à pandemia.

4.3 DISTANCIAMENTO SOCIAL E PANDEMIA

Quando se menciona distanciamento social, abrangem-se várias medidas para restringir o convívio social de forma a evitar a propagação da contaminação, no caso do novo coronavírus. Todas as ações de suspensão das atividades em grupo e adaptações para evitar aglomerações compõem essas medidas. Os respondentes avaliam, em maioria, que o distanciamento social deveria ser mais rigoroso (gráfico 11).

GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR POSIÇÃO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Os respondentes são pessoas que assumem uma perspectiva da gravidade sobre a pandemia, seja porque sempre consideraram assim ou porque, ao longo do tempo, perceberam que era mais grave do que pensavam (gráfico 12).

GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES SEGUNDO SUA PERCEPÇÃO SOBRE PANDEMIA NO TEMPO - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

4.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

A avaliação sobre a política de Assistência Social ser classificada como área de atividades essenciais e a importância do seu próprio trabalho indicam a relevância das ações dessa política pública. Moldada sobre princípios de garantia de direitos e segurança ao cidadão, aqueles que nela estão envolvidos e responderam à pesquisa mostram que concordam totalmente com a classificação (gráfico).

Além disso, quando pensam a respeito do que estão realizando e desempenhando, os respondentes consideram em maioria que o que fazem é muito importante ou importante (gráficos 13 e 14).

GRÁFICO 13 - ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ATIVIDADE ESSENCIAL - PARANÁ - 2020

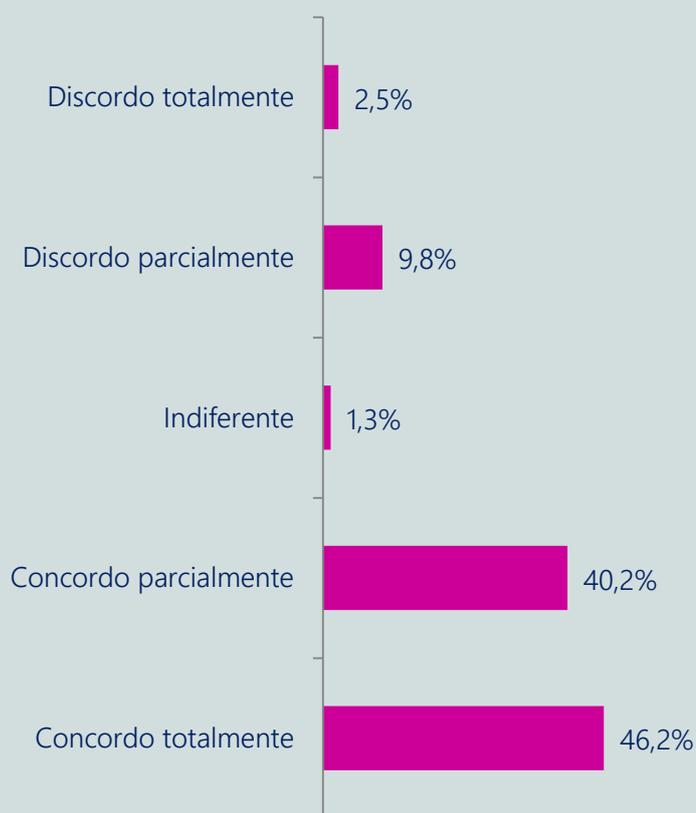


GRÁFICO 14 - AVALIAÇÃO SOBRE O PRÓPRIO TRABALHO - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

A identificação da sensação de importância sobre o trabalho realizado é um fator potencial para construção de estratégias da Assistência social que colaborem com medidas de “mitigação” das crises e “fortalecimento de governança” (Peña et al *apud* CIMINI et al, 2020)..

4.5 DESEMPENHO DO TRABALHO E MUDANÇAS DE HÁBITOS

Em relação à sensação de segurança no desempenho de seu trabalho, a grande maioria sente alguma insegurança (70,4%) - correspondendo às categorias: "totalmente inseguro" e "insuficientemente seguro". Aqui se leva em conta apenas aqueles que não estavam totalmente em trabalho em casa, ou seja, quem, em algum momento, desenvolvia alguma atividade presencial, correspondendo a 2.300 respondentes (gráfico 15).

GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NO DESEMPENHO DO TRABALHO - PARANÁ - 2020

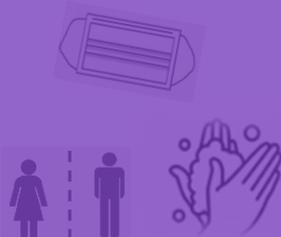


FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Quando as orientações e as informações estão organizadas e bem definidas pelas autoridades no comando da Política de Assistência Social contribui-se para percepções de menor insegurança nos trabalhadores do SUAS.

A pandemia alterou várias rotinas de atividades, buscando-se adequação a normas de distanciamento social. Em torno de 78% dos respondentes assinalaram que implementaram de sete a mais mudanças na sua rotina de trabalho presencial. Essas mudanças vão desde lavar as mãos mais frequentemente, até o uso de máscara e a higienização das estações de trabalho, passando por não cumprimentar mais com beijos, abraços ou contato físico.

97,2%
daqueles que estão trabalhando
presencialmente indicaram
mudanças de hábitos e
comportamentos



95,9%
daqueles que estão trabalhando
presencialmente acreditam que
as mudanças permanecerão
após o período da pandemia

4.6 DEMANDAS DE TRABALHO

Quanto à percepção dos trabalhadores sobre as demandas de trabalho durante a pandemia, tem-se que a maioria das opções pré-existentes e, também, daquelas descritas em “Outros” indicavam algum tipo de aumento de volume de trabalho para os profissionais do SUAS.

A indicação de algum tipo de aumento de demanda foi registrada por 95,2% dos respondentes (gráfico 16). Mesmo assim, pode haver aumento de demandas para alguns serviços e exigências de outras iniciativas externas e ao mesmo tempo a diminuição de outras. Exceto o fato do cancelamento de qualquer atividade de grupo, o que acaba impactando mais os equipamentos exclusivos de atividades de convivência, os respondentes têm expressado aumento geral da quantidade de trabalho que precisam desenvolver, muito mais do que sua diminuição.

GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR CONSIDERAÇÃO DAS DEMANDAS DE TRABALHO - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

Em parte, pensando no aumento de trabalho, os respondentes revelam contradição entre normas e exigências de trabalho, pois se exige que eles atendam, visitem e cumpram demandas de outros poderes, para dar conta de violação de direitos e garantia de direitos e ao mesmo tempo precisam diminuir atividades que os coloquem em contato, para contribuir com medidas que visam evitar o colapso do sistema de saúde.

Certos aumentos de trabalho e procuras chegam a ser identificados pelos respondentes como uma alteração de prioridade na gestão da Política de Assistência Social, já que a concessão de benefícios eventuais toma maior tempo e dedicação do que os serviços socioassistenciais.

As mudanças e as ações adotadas podem acabar tendo efeitos que transformem a construção da política de assistência social, como consequência da inércia que não, necessariamente, reflete a coalizão de ideias dos agentes políticos que desenvolvem essa política pública. Mesmo que pouco frequentes as preocupações sobre a alteração de prioridade é um assunto que influencia no desenvolvimento da política pública.

TABELA 2 – PRINCIPAIS DEMANDAS RECONHECIDAS PELOS RESPONDENTES – PARANÁ - 2020

PRINCIPAIS DEMANDAS RECONHECIDAS PELOS RESPONDENTES	%
Aumento da movimentação de pessoas procurando informações sobre o auxílio emergencial do governo federal	83,9
Aumento de pessoas solicitando cestas básicas, itens de higiene, máscara e outros benefícios eventuais	76,6
Aumento de procura das pessoas para saber do voucher do governo estadual	65,9
Aumento de atendimentos pelo telefone e pelos canais virtuais	60,2
Alteração no perfil de pessoas que procuram a rede socioassistencial - empobrecimento	52,2
Aumento de reuniões virtuais	30,3
Aumento de trabalho burocrático	27,4
Aumento de trabalho pela redução de profissionais que precisaram ser afastados no serviço	26,7
Aumentou trabalho administrativo para compras e materiais	25,7
Diminuição de trabalho devido ao cancelamento de todas as atividades de grupos	23,4
Aumento de denúncias e demanda em relação a casos de violação de direitos (violências)	22,8
Dificuldades para viabilizar reuniões virtuais na articulação dos serviços e rede socioassistencial	11,3
Aumentaram reuniões e demandas dos governos federal e estadual	8,4
Diminuição de trabalho burocrático	4,1

FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020

Esses trabalhadores da ponta ocupam posição de mediação entre demandas dos direitos das famílias e indivíduos, e o estado. Os saberes técnicos dos trabalhadores potencializam os processos materiais e imateriais no enfrentamento das manifestações da questão social referente a situações de vulnerabilidade e risco social por violência e violação e direitos. Dessa forma, os profissionais da área acabam sendo um canal de suporte aos usuários no pleito de serviços e benefícios de outras políticas e, também, de orientação. Isso parece ainda mais presente quando outros acessos do cidadão ao estado foram restringidos

A crise da pandemia da Covid-19 escancara contradições da sociedade, com micro - nos indivíduos - e macro evidências - nos processos públicos que estão ocorrendo. A pandemia provocou e mantém provocando mudanças das mais superficiais às mais radicais e ninguém conhece totalmente os desdobramentos das crises que vêm entrelaçadas na pandemia: sanitária, comportamental, econômica (CONTI, 2020). Todas as preocupações aqui apontadas podem mostrar como a pandemia tem alterado a relação que os trabalhadores têm com os cidadãos. Indica-se, fortemente, que se volte a investigar e explorar com maior detalhamento as mudanças e alterações no trabalho após a situação estiver relativamente controlada.

4.7 SENTIMENTO NO TRABALHO

Foi também questionado como os trabalhadores estavam percebendo a cooperação dos outros e de si mesmo às medidas de enfrentamento da pandemia.

Conforme comentado, os trabalhadores do SUAS atuam em variadas ações para minimizar os efeitos desfavoráveis da pandemia. Nesse sentido a avaliação dos respondentes sobre o que se faz e acontece na área de assistência social indicam (tabela 3) total apreensão com a crise econômica (58,3%) e preocupação com adoecimento dos colegas (56,3%). Verifica-se que os respondentes sentem apoio dos colegas (73,3%), o que contrasta com a percepção a respeito das ações dos níveis de governo descritas na parte seguinte.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES SEGUNDO SENTIMENTO DE ESTAR CONFORME AS AFIRMAÇÕES ESCOLHIDAS - PARANÁ - 2020

SENTE ESTAR	AVALIAÇÃO %			
	Totalmente	Parcialmente	Não	Não sabe
Sobrecarregado(a)	23,3	36,0	38,3	2,3
Com carga de responsabilidade maior do que a sua ocupação	21,7	31,4	44,3	2,5
Preocupado(a) com adoecimento dos seus colegas de trabalho	56,3	32,1	8,7	2,8
Confiante no trabalho essencial desenvolvido	43,3	44,8	7,9	4,0
Apreensivo(a) com o trabalho	39,9	40,5	16,9	2,8
Sem apoio dos colegas	4,5	18,1	73,3	4,1
Insatisfeito(a) de ter que trabalhar presencialmente	13,9	32,3	49,0	4,8
Apreensivo(a) com a crise econômica	58,3	34,0	6,1	1,6
Estimulado(a) a criar mudanças no trabalho	35,4	47,2	13,3	4,1
Respeitado(a) pelas pessoas que procuram atendimento na minha instituição	35,1	49,3	11,5	4,1

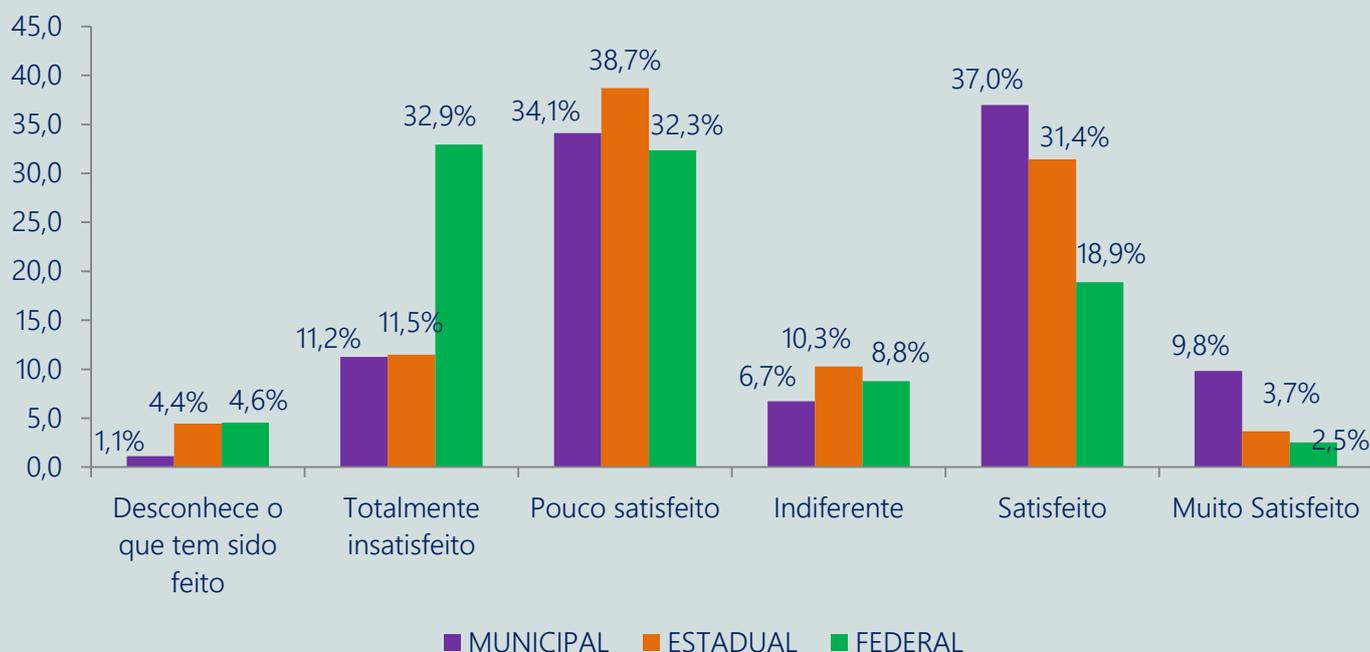
FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a pandemia, 2020.

4.8 AVALIAÇÃO SOBRE AÇÕES DO GOVERNO

A avaliação sobre a satisfação em relação às ações para criar condições de trabalho seguras na Assistência Social mostram uma inversão entre o que os respondentes avaliam do governo municipal e do federal.

Há um peso maior de algum grau de satisfação (46,8%) nas ações do governo municipal. E um peso maior de insatisfação e pouca satisfação (65,3%) para ações do governo federal. Quanto ao governo estadual, 38,7% indicam pouca satisfação com as ações e 35,1% demonstram algum grau mais positivo de satisfação (gráfico 17).

GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR GRAU DE SATISFAÇÃO A RESPEITO DE AÇÕES PARA CRIAR CONDIÇÕES DE TRABALHO SEGURAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

A pesquisa da FGV perguntou “aos profissionais em que medida eles sentem que os governos (União, Estado e municípios) estão apoiando suas ações (...) demonstra que, em sua grande maioria, os profissionais não se sentem apoiados,” (FGV, 2020, p.9): 66,5% daquela pesquisa dizem que não se sentem apoiados pelo governo federal, 41,6% não sentem apoio do governo estadual, e 45,1% não sentem apoio dos seus governos municipais. Esse é um achado semelhante à pesquisa do IPARDES/SEJUF, pois, uma parte expressiva dos pesquisados paranaenses entende não ser satisfatório o que os três níveis de governo têm feito para criar condições de trabalho seguras. Desta forma, há um amplo espaço para aperfeiçoar e garantir mais segurança aos trabalhadores da linha de frente do SUAS.

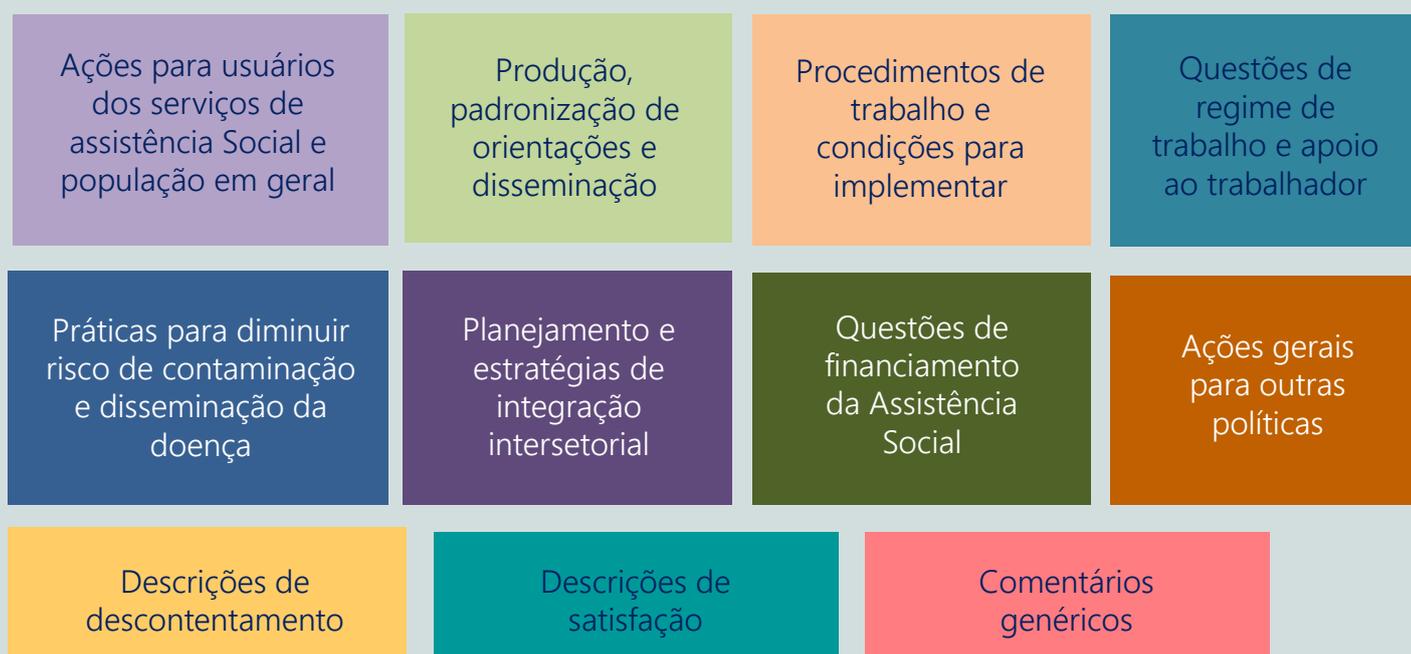
4.9 O QUE AINDA PODE SER FEITO

Finalizando o questionário propunha aos respondentes a possibilidade de registrar o que eles pensam que poderia ser complementado nas ações da Assistência Social. Essa não era uma questão obrigatória.

O espaço aberto foi usado para vários tipos de verbalização não necessariamente relacionados com a pergunta em si. Assim, decidiu-se que, no processo de categorização, o foco seria identificar temas que poderiam ser encaixados como recomendações, para que as gestões, municipal e estadual, e o gerenciamento das instituições possam refletir sobre as manifestações dos trabalhadores pesquisados e conseguirem ponderar sua incorporação e criação de estratégias de gerenciamento na área de Assistência Social. As categorias são organizadas como pleito por algo, sugestão para se realizar o que se descreve, sendo sete grupos dirigidos à área de Assistência Social e outra para políticas em geral (Figura 3). Também se especificou categorias para explicitar manifestações atreladas à insegurança e sentimento de injustiça e pedido de valorização da política e de seus trabalhadores. Por outro lado, criou-se também categoria para expressão de satisfação sobre a gestão da área. Ainda há um esforço grande para se captar aprendizados e implementar estratégias.

Uma descrição pode conter sugestões ou comentários que se encaixam em assuntos diferentes e que se classificaram como diferentes grupos e categorias, ou seja, uma mesma resposta pode conter registro múltiplos.

FIGURA 2 - GRUPOS DE VERBALIZAÇÕES DOS RESPONDENTES - PARANÁ - 2020



FONTE: IPARDES/SEJUF, Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a Pandemia, 2020.

NOTA: Ver detalhes das respostas no relatório técnico completo.

A pesquisa mobilizou, majoritariamente, trabalhadores com escolaridade de ensino superior, pessoas que se sentem bem informadas, conhecem pessoas já contaminadas, com avaliação de maior gravidade sobre a pandemia, sensação de importância de seu trabalho e a concordância com caráter essencial da área de Assistência Social. A maioria tem relativa insegurança ao desempenhar as atividades presenciais e está com medo de contaminação. Além disso, há baixa proporção de pessoas em afastamento, sendo que a grande maioria está com jornada presencial e relata aumento das demandas profissionais

Poder-se-ia dizer que a maioria dos respondentes possui um perfil de profissional engajado na construção da política de assistência social, ou seja, se mostraram efetivamente preocupados com o desenvolvimento do seu trabalho. Mesmo com o cuidado em entender que não se pode extrapolar a opinião e percepções dos pesquisados para todos os trabalhadores do SUAS, esse perfil permitiu extrair conteúdos de crítica construtiva e “desabafo” para subsidiar reflexões que podem levar ao aperfeiçoamento de medidas.

Essas manifestações acendem o alerta para avaliação sobre como a rede de assistência social faz parte de um conjunto essencial de ações de enfrentamento à COVID-19 e também ressaltam a falta acentuada de suporte institucional e de recursos necessários à realização do trabalho.

Por fim, não é realista esperar que, ainda em 2020, as relações voltem a ser como eram antes da pandemia. O desafio não é voltar para onde se estava antes, mas tirar proveito de lições aprendidas para construir estruturas de proteção social dignas. Captar sentidos e percepções do momento atual, objeto desta pesquisa, possui intuito de aprimorar medidas de enfrentamento à pandemia pelo novo coronavírus e avançar nas respostas de questões das crises vivenciadas.

Mudanças comportamentais são exigidas não somente dos indivíduos, mas das estruturas de autoridade governamental a terem: “agilidade, transparência, comunicação verdadeira, decisões baseadas em evidências, corte de privilégios e outros gastos supérfluos e redirecionamento de recursos” (CONTI, 2020, p. 6). Muitas das sugestões e registros de protesto e das dificuldades enfrentadas descritas pelos pesquisados não são exclusivas para algum único nível de gestão federativo, misturam-se anseios e incertezas sobre o prosseguimento da pandemia e crises associadas ao longo das respostas feitas pelos respondentes. A ponderação sobre as recomendações em cada nível e avaliação sobre como implementar é fundamental.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Reavaliar linhas de financiamento estadual dos serviços de assistência social, na manutenção do caráter permanente e da prioridade das garantias de direitos, relacionados aos serviços socioassistenciais;
- 2) Produzir documentos de instrução padronizado sobre novos fluxos de trabalho, procedimentos e práticas de proteção, de acordo com cada um dos serviços tipificados na Assistência Social;
- 3) Organização de materiais com caráter informativo e de orientação, claros, simples, sobre atendimento ao público direcionados e com conteúdo para a Política de Assistência Social;
- 4) Garantir explicações e comunicações mais frequentes e explicativas sobre as deliberações, normativas e instruções produzidas pela secretaria estadual, subsidiada pela escuta e debate na gestão com os trabalhadores;
- 5) Garantia de EPIs, materiais de higienização e instruções de uso, seja por meio de compra e distribuição aos municípios, ou por meio de financiamento para compra municipal;
- 6) Criação de espaços de escuta e acolhimento das avaliações, críticas e propostas de ações dos trabalhadores da ponta, no sentido de promover uma rede de comunicação entre a secretaria de assistência e profissionais;
- 7) Manter uma agenda de discussões, aberta com representantes de gestões e trabalhadores, para debater os temas que a pandemia fez emergir ou os pré-existentes que foram fortalecidos pelas dificuldades da emergência de saúde pública - de forma regular e periódica, para subsidiar o conteúdo de instruções, notas técnicas e planos da área;
- 8) Incentivar estruturação de suporte emocional e psicológico para os profissionais da ponta;
- 9) Estimular a flexibilização da forma de trabalho, adotando métodos à distância como o home office, para preservação de segurança e saúde no trabalho, pensando normativas e mantendo agenda de discussão aberta;
- 10) Identificar planos de contingência ou planos de ação e documentação formal de medidas das gestões municipais de Assistência Social sobre as medidas que planejaram para avaliar ao longo do tempo como tem-se implantado e o que se pode disseminar e apoiar, propor um trabalho específico para essa identificação;
- 11) Reavaliar ações sobrepostas e avaliar ações pontuais que ocorreram, como os estímulos estatais a campanhas voluntárias e distribuição de kits variados;
- 12) Implantar formas de registrar e monitorar as lições aprendidas e disseminá-las no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**, nov. 2005. Disponível em: Acesso em: 21 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota Técnica n.º 02**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, secretaria Nacional de assistência Social, maio de 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nota_tecnica_120520016.pdf Acesso em 20 jul. 2020.

BRASIL. LEI n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**, Seção 1 Edição Extra - 15/8/2018, Página 1, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13709-14-agosto-2018-787077-publicacaooriginal-156212-pl.html> Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - Edição Extra - G - 20/3/2020, Página 1, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10282-20-marco-2020-789863-norma-pe.html> Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020. Aprovar recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS. **Diário Oficial da União**, Seção: 1, edição 64 - 02/04/2020, p.6. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730> Acesso em 04 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria n.º 337, de 24 de março de 2020. Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Seção: 1, edição 58 - 25/03/2020, p.14. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-337-de-24-de-marco-de-2020-249619485> Acesso em 04 mai. 2020.

CARVALHO, Andréa Ledig. Entre pérolas e violetas: mulheres na montagem do sistema de proteção social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE, V. **Anais da III Semana de História Política** da UERJ, 2013. v. 1, p. 328-340.

CAVALCANT, Sérgio; LOTTA, Gabriela S; PIRES Roberto Rocha C. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. PIRES, LOTTA, OLIVEIRA (orgs.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA: ENAP, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8606/1/Contribui%c3%a7%c3%b5es%20dos%20estudos.pdf> Acesso em: 25 mai. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIMINI, Fernanda et al. **Nota técnica:** análise das primeiras respostas políticas do Governo Brasileiro para o enfrentamento da COVID-19. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2020. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/noticias/1242-nota-tecnica-analise-das-primeiras-respostas-politicas-do-governo-brasileiro-para-o-enfrentamento-da-covid-19-disponiveis-no-repositorio-global-polimap> Acesso em 10 mai. 2020.

PEÑA, Sebastián et al. A taxonomy proposal for mapping and understanding the global policy response to COVID-19, In Polimap: **A global repository of policy responses to tackle COVID-19: A timeline of country-by-country responses to the COVID-19 outbreak.** <https://polimap.org/> FGV.

Fundação Getúlio Vargas. Núcleo de Estudos da Burocracia. **Nota Técnica:** A pandemia de Covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil. São Paulo: FGV, jun/2020. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/nota-tecnica-profissionais-da-assistencia-social-durante-a-pandemia-de/> Acesso em 15 jun. 2020.

CONTI, Thomas V.. **Crise Tripla do Covid-19:** um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia (working paper) versão 06/04/2020 Disponível em: <http://thomasvconti.com.br/pubs/coronavirus/> Acesso em 07 abr. 2020.

MACHADO, José Ângelo. **A Covid-19 e o Dilema do Prisioneiro:** os governos municipais frente ao coronavírus, Juiz de Fora, Núcleo de Estudos sobre Política Local, 30 de jul de 2020. Disponível em: <https://nepolufjf.wordpress.com/2020/07/30/a-covid-19-e-o-dilema-do-prisioneiro/> Acesso em 31 jul 2020

MARQUES, José. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de mar. De 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml> Acesso em 23 jul. 2020.

PARANÁ. Casa Civil e Secretaria de Estado da Saúde. Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial do Estado**, edição 10.646 - 16/03/2020, p. 3 . Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=232854&indice=1&totalRegistros=12&dt=21.2.2020.18.10.40.695> Acesso em 20 mar. 2020.

PARANÁ. Casa Civil e Secretaria de Estado da Saúde. Decreto nº 4,692, de 25 de maio de 2020. Regulamenta a Lei Estadual nº 20.189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19 enquanto perdurar o estado de calamidade pública, e medidas correlatas. **Diário Oficial do Estado**, edição-10.69325/05/2020, p. 3 . Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=234539&indice=1&totalRegistros=39&dt=1.5.2020.12.16.1.472> Acesso em 04 abr. 2020.

PERCEPÇÃO DOS **TRABALHADORES DO SUAS DO PARANÁ** DURANTE A **PANDEMIA DE COVID -19**

CURITIBA: IparDES
Setembro 2020

IPARDES

